



# Boletim de Legislação



**EJEJ** - *escola que forma e informa*

**Nº 876 – 05 de agosto de 2026**

**Abrangência: 25/07/2026 a 31/07/2026**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

| Tipo/Número       | Publicação/<br>Edição | Ementa/Resumo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Acesso ao Texto<br>Integral                               |
|-------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| DECRETO Nº 13.083 | DOU;<br>30/07/2026    | Institui o Sistema Integrado Mulher Segura e o seu Painel Público de Monitoramento da Integração de Dados.                                                                                                                                                                                                                                                                              | <a href="#">Dec. 13.083</a><br>(Presidência da República) |
| DECRETO Nº 13.084 | DOU;<br>30/07/2026    | Institui o Programa Alerta Mulher Segura e regulamenta o art. 22, caput, inciso VIII, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a monitoração eletrônica como medida protetiva de urgência.                                                                                                                                                                           | <a href="#">Dec. 13.084</a><br>(Presidência da República) |
| DECRETO Nº 13.086 | DOU;<br>30/07/2026    | Altera o Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024, que regulamenta a Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.                                                                                                                                                                                                  | <a href="#">Dec. 13.086</a><br>(Presidência da República) |
| LEI Nº 15.478     | DOU;<br>30/07/2026    | Acrescenta dispositivo à Lei n. 10.714, de 13.08.2003, para dispor sobre a divulgação do serviço telefônico de denúncias relacionadas a violência contra a mulher.                                                                                                                                                                                                                      | <a href="#">Lei 15.478</a><br>(Presidência da República)  |
| LEI Nº 15.479     | DOU;<br>30/07/2026    | Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a transferência automática do montante da prestação alimentícia.                                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Lei 15.479</a><br>(Presidência da República)  |
| LEI Nº 15.480     | DOU;<br>30/07/2026    | Altera a Lei Complementar n. 89, de 18.02.1997, para dispor sobre as receitas e a destinação de recursos do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol) e sobre o auxílio-saúde dos servidores das polícias federais; e a Lei n. 13.756, de 12.12.2018, para ajustar a destinação do produto da arrecadação das apostas de quota fixa. | <a href="#">Lei 15.480</a><br>(Presidência da República)  |

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

| Tipo/Número       | Publicação/<br>Edição | Ementa/Resumo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Acesso ao Texto<br>Integral                                |
|-------------------|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| PORTARIA Nº 1.248 | DOU;<br>24/07/2026    | Institui o Programa Nacional de Integração e Compartilhamento de Dados e Informações para a Segurança Pública e Defesa Social - Infoseg, estabelece diretrizes para a consolidação da Base Nacional de Segurança Pública como componente estratégico da arquitetura do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp e dispõe sobre a governança dos eixos estratégicos de gestão e constituição de dados e de uso, consulta e disponibilização controlada de informações no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. | <a href="#">Port. 1.248</a><br>(Site da Imprensa Nacional) |

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

| Tipo/Número       | Publicação/<br>Edição | Ementa/Resumo                                                                                                                                                                                                                                                          | Acesso ao Texto<br>Integral                                |
|-------------------|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| PORTARIA Nº 1.988 | DOU;<br>27/07/2026    | Altera a Portaria PRES/INSS nº 1.839, de 16 de maio de 2025, que estabelece o fluxo operacional para adesão, monitoramento e controle de resultados na gestão das filas extraordinárias e Pagamento Extraordinário do Programa de Gerenciamento de Benefícios do INSS. | <a href="#">Port. 1.988</a><br>(Site da Imprensa Nacional) |

## ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

| Tipo/Número                  | Publicação/<br>Edição  | Ementa/Resumo                                                                                                                                                                                                                                                                           | Acesso ao Texto<br>Integral                      |
|------------------------------|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| INSTRUÇÃO NORMATIVA<br>Nº 36 | DJE/CNJ;<br>30/07/2026 | Disciplina a estrutura, a utilização e a manutenção da Tabela Remuneratória Unificada (TRU), prevista na Resolução CNJ n. 681/2026 e dá outras providências.                                                                                                                            | <a href="#">Instr. Norm. 36</a><br>(Site do CNJ) |
| PROVIMENTO Nº 245            | DJE/CNJ;<br>30/07/2026 | Institui diretrizes de Governança Remuneratória da magistratura nacional, disciplina o Sistema de Governança do Teto Constitucional (SISTETO), estabelece o procedimento nacional de conformidade remuneratória e dispõe sobre a auditoria das despesas remuneratórias da magistratura. | <a href="#">Prov. 245</a><br>(Site do CNJ)       |

## LEGISLAÇÃO MINEIRA

| Tipo/Número   | Publicação/<br>Edição       | Ementa/Resumo                                                                                                                                                         | Acesso ao Texto<br>Integral                  |
|---------------|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| LEI Nº 26.012 | Minas Gerais;<br>29/07/2026 | Altera a Lei nº 8.193, de 13 de maio de 1982, que dispõe sobre o apoio e a assistência à pessoa com deficiência, e dá outras providências.                            | <a href="#">Lei 26.012</a><br>(Site da ALMG) |
| LEI Nº 26.013 | Minas Gerais;<br>29/07/2026 | Acrescenta inciso ao caput do art. 6º-A da Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências. | <a href="#">Lei 26.013</a><br>(Site da ALMG) |

## LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

| Tipo/Número   | Publicação/<br>Edição | Ementa/Resumo                                                                                                                                                                        | Acesso ao Texto<br>Integral                 |
|---------------|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|
| LEI Nº 12.086 | DOM;<br>29/07/2026    | Institui a Política Municipal do Convívio Saudável Geracional.                                                                                                                       | <a href="#">Lei 12.086</a><br>(Site da PBH) |
| LEI Nº 12.087 | DOM;<br>28/07/2026    | Altera a Lei nº 11.387/22, que “Obriga a afixação de placas informativas em todas as intervenções em logradouros públicos realizadas no Município”.                                  | <a href="#">Lei 12.087</a><br>(Site da PBH) |
| LEI Nº 12.096 | DOM;<br>30/07/2026    | Institui a Política Municipal de Atenção à Pessoa com Transtorno de Acumulação.                                                                                                      | <a href="#">Lei 12.096</a><br>(Site da PBH) |
| LEI Nº 12.097 | DOM;<br>30/07/2026    | Estabelece diretrizes gerais relacionadas à constituição, à alteração, à suspensão, à inscrição em dívida ativa e à cobrança de créditos tributários e não tributários no Município. | <a href="#">Lei 12.097</a><br>(Site da PBH) |

## ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

| Tipo/Número           | Publicação/<br>Edição | Ementa/Resumo                                                                                                                                                                                                                                               | Acesso ao Texto<br>Integral                       |
|-----------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| AVISO CONJUNTO Nº 184 | DJE;<br>28/07/2026    | Avisa sobre a relação das unidades judiciárias de primeira instância habilitadas para participação no Programa Unidade Automatizada e Integrada no sistema eproc - UAIE, instituído pela Portaria Conjunta da Presidência nº 1.820, de 19 de junho de 2026. | <a href="#">Aviso Conj. 184</a><br>(Site do TJMG) |
| AVISO CONJUNTO Nº 185 | DJE;<br>31/07/2026    | Avisa sobre a habilitação de unidades judiciárias de primeira instância para participação no Programa Unidade Automatizada e Integrada no sistema eproc - UAIE, instituído pela Portaria Conjunta da Presidência nº 1.820, de 19 de junho de 2026.          | <a href="#">Aviso Conj. 185</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 7.716     | DJE;<br>27/07/2026    | Estabelece a composição do Comitê de Inteligência Artificial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.                                                                                                                                              | <a href="#">Port. 7.716</a><br>(Site do TJMG)     |

|                            |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                     |
|----------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| PORTARIA Nº 7.717          | DJE;<br>27/07/2026 | Designa magistrados para responderem pela gestão do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.                                                                                                        | <a href="#">Port. 7.717</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA Nº 7.718          | DJE;<br>28/07/2026 | Institui o Grupo do Meio Ambiente no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.                                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Port. 7.718</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA Nº 7.719          | DJE;<br>28/07/2026 | Designa integrantes das comissões permanentes que especifica, previstas no inciso IX do art. 9º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.                                                                                                                              | <a href="#">Port. 7.719</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA Nº 7.720          | DJE;<br>29/07/2026 | Dispõe sobre a delegação de competência no âmbito da Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária.                                                                                                                                                                                       | <a href="#">Port. 7.720</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA Nº 7.721          | DJE;<br>29/07/2026 | Dispensa Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Caeté e altera a Portaria da Presidência nº 7.269, de 30 de junho de 2025, que "Designa Juiz Coordenador e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Caeté". | <a href="#">Port. 7.721</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA Nº 7.722          | DJE;<br>29/07/2026 | Designa Juíza Coordenadora e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ipatinga.                                                                                                                                                                          | <a href="#">Port. 7.722</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA Nº 7.723          | DJE;<br>29/07/2026 | Designa Juíza Coordenadora e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Porteirinha.                                                                                                                                                                       | <a href="#">Port. 7.723</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA Nº 7.724          | DJE;<br>29/07/2026 | Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Virgíópolis.                                                                                                                                                                                        | <a href="#">Port. 7.724</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA Nº 7.725          | DJE;<br>29/07/2026 | Designa Juíza Coordenadora e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pedro Leopoldo.                                                                                                                                                                    | <a href="#">Port. 7.725</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA Nº 7.726          | DJE;<br>30/07/2026 | Designa magistrados para comporem a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas.                                                                                                                                                                                                           | <a href="#">Port. 7.726</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA Nº 7.727          | DJE;<br>31/07/2026 | Dispensa juíza leiga de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.                                                                                                                                                                            | <a href="#">Port. 7.727</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA CONJUNTA Nº 1.834 | DJE;<br>27/07/2026 | Institui o Comitê de Inteligência Artificial e define diretrizes para a priorização e o desenvolvimento de funcionalidades ou soluções que utilizem Inteligência Artificial no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.                                                             | <a href="#">Port. Conj. 1.834</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA CONJUNTA Nº 1.836 | DJE;<br>27/07/2026 | Constitui Grupo de Trabalho com vistas a promover estudos e apresentar propostas que possam contribuir para o cumprimento do Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça nº 201, de 28 de julho de 2025, e do Acordo de Cooperação Técnica nº 076/2025.          | <a href="#">Port. Conj. 1.836</a><br>(Site do TJMG) |

| PORTARIA CONJUNTA<br>Nº 1.837                           | DJE;<br>29/07/2026    | Institui o Programa Mulheres da Justiça no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.                                                              | <a href="#">Port. Conj. 1.837</a><br>(Site do TJMG) |
|---------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| PORTARIA CONJUNTA<br>Nº 1.838                           | DJE;<br>30/07/2026    | Estabelece diretrizes para realização de pesquisa acadêmica e científica envolvendo seres humanos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. | <a href="#">Port. Conj. 1.838</a><br>(Site do TJMG) |
| <b>ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA</b> |                       |                                                                                                                                                               |                                                     |
| Tipo/Número                                             | Publicação/<br>Edição | Ementa/Resumo                                                                                                                                                 | Acesso ao Texto<br>Integral                         |
| PORTARIA Nº 8.886                                       | DJE;<br>27/07/2026    | Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de São João del-Rei para fiscalização dos serviços notariais e de registro.                             | <a href="#">Port. 8.886</a><br>(Site do TJMG)       |
| PORTARIA Nº 8.887<br>(EXTRATO)                          | DJE;<br>28/07/2026    | Prorroga por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante.                                                           | <a href="#">Port. 8.887</a><br>(Site do TJMG)       |

*Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Biblioteca*  
**Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)**

*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*